

Narrativas jornalísticas sobre as enchentes de Porto Alegre (RS) em 2024: disputas discursivas em torno do desastre e seus resíduos

Antonio Hélio Junqueira

Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados,
São Paulo, SP, Brasil
ORCID 0000-0002-1875-9133

Wanda Günter

Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados,
São Paulo, SP, Brasil
ORCID 0000-0002-2503-0957

Jacqueline Brighenti

Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados,
São Paulo, SP, Brasil
ORCID 0000-0002-2557-9966

Resumo

O estudo analisa a cobertura jornalística das enchentes de Porto Alegre (RS), em 2024, especialmente no tocante à produção, acúmulo e gestão dos resíduos de desastre e seus impactos sobre a população local. O *corpus* foi composto por 19 matérias, analisadas segundo os princípios teórico-metodológicos da Análise Pragmática da Narrativa Jornalística (Motta, 2007; 2013), com objetivo de acompanhar a construção de um discurso não fragmentário sobre as ocorrências. Os resultados evidenciaram que, a partir da interdiscursividade emergente em diferentes vozes sociais, tornou-se possível conferir e compreender as múltiplas dimensões, impactos e consequências do desastre, que forneceram, em sua diegese, a coconstrução social intersubjetiva de um real crível e, assim, passível de entendimento e intervenção.

Palavras-chave

Narratologia; Pragmática; Discurso jornalístico; Efeitos de sentido; Jornalismo de catástrofe.

1 Introdução

A cobertura de eventos trágicos e de fatalidades impõe desafios particularmente intensos ao *ethos* jornalístico em sua acepção e formato mais tradicionais, cobrando o

equilíbrio profissional entre sua pretensa e perseguida objetividade por um lado e, por outro, a emoção; entre o distanciamento e a busca pela exatidão dos fatos e a perspectiva da narratividade construtora da realidade social. Ou seja, aponta para a necessidade de um jornalismo que consiga transitar ética, responsável e criticamente entre a observação distante, o relato factual (característica das *hard news*), a denúncia e a narração empática com os vitimados (Amaral; Loose; Girardi, 2024; Aúcar; Reyna; Montelongo, 2024).

Neste contexto, vale considerar que os estudos da narrativa jornalística têm contribuído, contemporaneamente, para o tensionamento do jornalismo em relação à construção de uma teoria própria, pragmática, crítica e focada na superação de dicotomias historicamente impostas ao campo, que contrapõem o relato factual à narratividade dos fatos, a objetividade à emoção e os relatos literais à criação de sentidos sobre a realidade do mundo (Motta, 2007, 2013). Desta forma, o fazer jornalístico tradicional tem o seu entendimento e funcionamento deslocados em direção ao campo das teorias constituintes das ciências da linguagem, cooperando para a construção discursiva da realidade.

É fato reconhecido que a urgência, o inesperado, o instável, o imediato e o imprevisível do desastre, via de regra, rompem com as rotinas das redações e das práticas consolidadas nas empresas e corporações jornalísticas tradicionais, abrindo espaço para abordagens sociológica e antropológica dos fenômenos (Schudson, 2006; Maclean; Power, 2013). Assim, o trabalho jornalístico de cobertura das enchentes observadas em Porto Alegre (POA), em 2024, constituiu-se em evento particularmente relevante para a análise crítica da narrativa em ação, permitindo compreender como essa prática buscou integrar os sentidos fragmentados das notícias cotidianas e recuperar o suceder lógico-temporal dos acontecimentos afetos à produção da tragédia vivenciada, conferindo-lhe uma “coerência referenciada” (Motta, 2013, p. 39).

Embora não sejam situações afinadas com as rotinas jornalísticas tradicionais, em geral resistentes à discussão dos riscos enquanto tal, a cobertura das tragédias oferece oportunidades de superação das condições limitadoras das abordagens de natureza ambiental, quais sejam: discussão de processos de longa duração; incertezas

científicas; complexidades técnicas; noção de risco (Garcia, 2006); interesses econômicos e conflitos sociais (Loose; Camana; Belmonte, 2017).

A construção social da notícia (Traquina, 2004) é um acontecimento discursivo, para o qual a narrativa contribui em sua permanente transição pelo “jogo entre os efeitos do real (veracidade) e os efeitos de sentidos (a comoção, a dor, a compaixão, a ironia etc.), mais ou menos exacerbados pela linguagem dramática” (Motta, 2013, p. 196).

Quer seja na eclosão, curso e/ou duração do evento, quer *a posteriori*, interessa à análise crítica pragmática da narrativa jornalística dos desastres investigar os modos como os veículos de comunicação constroem suas notícias a respeito das catástrofes e como estabelecem suas relações do acontecimento com suas causas, responsabilidades e omissões de agentes envolvidos, bem como seus impactos socioeconômicos e ambientais sobre o tecido social.

Neste artigo, consideramos que a mídia jornalística envolvida na cobertura das enchentes POA, em 2024, no seu fazer narrativo, contribuiu de forma visceral para a produção dos sentidos sociais sobre realidade trágica daquele momento, construindo relações e conexões entre fenômenos do passado, do presente e do futuro – a chave narratológica da sucessão defendida por Motta (2013) – e fornecendo, em sua diegese, a coconstrução intersubjetiva de um real crível e, assim, passível de entendimento e intervenção.

Como fio condutor principal da investigação, elegemos as abordagens jornalísticas relativas à produção, tratamento e gestão dos resíduos de desastre (RD) em POA durante e após a tragédia de 2024, especialmente pelo fato de que os jornais representaram, naquele momento, a única fonte acessível e imediata de informações sobre o tema que afetou direta e indiretamente milhares de pessoas.

2 Metodologia

Para o acompanhamento, coleta e extração de excertos para a composição do *corpus* destinado às análises textuais, foram eleitas nove matérias publicadas em veículos de comunicação midiática jornalística digital de base local envolvida na comunicação dos fenômenos associados às enchentes em POA. Foram eles os sites,

portais e plataformas de notícias: i) G1. Rio Grande do Sul, ii) Matinal, iii) Sul 21, iv) Zero Hora - GZH e v) Diário Gaúcho.¹ Outros quatro veículos com editoria nacional também foram incluídos, especialmente devido à dimensão de sua cobertura sobre o fenômeno estudado. Neste caso, as mídias jornalísticas incluídas foram: vi) Portal Universo On Line - UOL; vii) Valor Econômico, viii) Folha de S. Paulo e ix) Poder360,² nas quais se coletaram outras nove matérias.

O período analisado foi de maio a novembro de 2024, sendo delimitado, por um lado, pelo início da documentação jornalística sobre o fenômeno observado e, por outro, por dois marcos temporais: i) o início de um novo ciclo de catástrofes climáticas sobre o Rio Grande do Sul, demarcado pelos temporais da última semana de setembro de 2024, que foi chamado pela mídia de “primavera das tormentas”, e ii) o processo eleitoral dos candidatos à Prefeitura de POA, sob os efeitos dos fenômenos do início do ano.

O *corpus* final ficou composto conforme descrito no Quadro 1 seguinte.

Quadro 1. Matérias jornalísticas componentes do *corpus* da pesquisa.

Autoria	Título da matéria	Veículo	Data
CAMPOS JÚNIOR, Geraldo.	Prazo para fim de lixões acaba, mas 1.593 cidades ainda usam modelo.	Poder360	2/8/24
CECÍLIO, Adriana.	Tragédia no Rio Grande do Sul: há que se falar em culpados, sim!	UOL	16/5/24
COSTA, Jean.	"Onde botar fogo em lixo, vou suspender a limpeza", diz Melo sobre protestos em bairros com resíduos acumulados após enchente.	GZH	13/6/24
DONINI, Marcela.	Previsto para novembro, novo serviço de coleta automatizada terá contêineres “boca de lobo” para coibir ação de catadores.	Matinal	28/9/24
ELY, Lara.	Resíduos da enchente de Porto Alegre vão para aterro em Gravataí.	Metrópoles	22/5/24

¹ **G1 RS:** <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/>; **Matinal.** <https://www.matinaljornalismo.com.br/>; **Sul 21.** <https://sul21.com.br/>; **Zero Hora.** <https://gauchazh.clicrbs.com.br> e **Diário Gaúcho.** <https://diariogauchoclicrbs.com.br/>

² **Portal Universo On Line – UOL:** <https://www.uol.com.br/>; **Valor Econômico:** <https://valor.globo.com/>; **Folha de S. Paulo:** <https://www.folha.uol.com.br/>
Poder360: <https://www.poder360.com.br/>; **Porto Alegre** **24** **horas:** <https://poa24horas.com.br/category/noticias/>.

G1 RS (redação).	Saiba para onde é levado o lixo deixado nas ruas de Porto Alegre após baixa do Guaíba.	G1 RS	24/5/24
GELANI, Felipe.	Maio foi o mês com maior volume de chuvas na história de Porto Alegre	G1 RS	24/5/24
GOULART, Mariana; WITZEL, Nicollas.	Documentário mostra tragédia e falta de planejamento após enchentes no RS	UOL	25/5/24
JACOBSEN, Gabriel.	Prefeitura de Porto Alegre retira lama da enchente com enxadas, carrinhos de mão e jatos d'água	GZH	24/5/24
LISBOA, Silvia.	O negacionismo climático de deputados e senadores gaúchos continua mesmo com a tragédia	Sumaúma	10/6/24
MARTINI, Paula.	BID e Banco Mundial vão ao RS avaliar danos e cooperar na reconstrução	Valor Econômico	7/6/24
MASCARENHAS, Gregório.	Concessão bilionária deve repassar gestão de todo o lixo de Porto Alegre para empresa única.	Matinal	8/11/24
MASCARENHAS, Gregório; BENITES, Geovana.	Lixões temporários em Porto Alegre não têm previsão de fechar.	Matinal	10/6/24
NETTO, Vitor.	Enchente no RS atingiu cerca de 750 terreiros de religiões afro-brasileiras: "Perdas materiais e espirituais".	GZH	13/6/24
PEREZ, Fabíola.	Desastre foi como 'bomba que explodiu de hora para outra', diz Leite.	UOL	20/5/24
PLENTZ, Gabriela; COSTA, Jean.	Com aterro de Gravataí fechado, lixo pós-enchente é levado para terreno na Severo Dullius.	Diário Gaúcho	24/7/24
PRAZERES, Leandro.	Como troca de vegetação nativa por soja pode ter agravado as enchentes no Rio Grande do Sul.	BBC News Brasil	24/5/24
SOPRANA Paula.	Centro de Porto Alegre é tomado por montanhas de lixo e entulho após água baixar.	Folha de São Paulo	24/5/24

Fonte: Elaborado pelos autores.

3 Jornalismo de catástrofe nas enchentes de POA

O jornalismo de catástrofe sofre, de maneira geral e no contexto latino-americano em especial, de diferentes recorrências que tendem a prejudicar a qualidade do trabalho noticioso. Trata-se de fenômenos como o sensacionalismo, o catastrofismo, o imediatismo, o uso preponderante, se não mesmo exclusivo, de fontes governamentais e/ou oficiais e componentes das elites socioeconômicas, além da fragmentação narrativa que “retira das notícias e reportagens ambientais a sua perspectiva inter e multidisciplinar” (Bueno, 2007, p. 37), bem como tenta controlar a interdiscursividade e os efeitos de sentido que acarreta.

Assim, conforme já apontado, um dos principais desafios ao discurso jornalístico ambiental contemporâneo é o de construir uma narrativa que considere o desastre como um processo social de longa duração e de largo alcance. Em outras palavras, significa sinalizar para os aspectos crônicos, estruturais e interseccionais das questões abordadas, muito além, portanto, dos fenômenos agudos e pontuais normalmente privilegiados nas abordagens midiáticas desses desastres (Modifica, 2022; Amaral; Loose; Girardi, 2024).

A perspectiva e os rituais da objetividade jornalística tendem a impor a necessidade de se levantar dados e informações sobre o ocorrido, assim como a de se recorrer às manifestações de autoridades públicas e especialistas. Por outro lado, a dimensão da subjetividade pende para as narrativas e testemunhos das vítimas, evidenciando histórias pessoais por trás dos fatos e dando voz aos que não têm voz para expressar-se na esfera pública (Jorgensen, 2013). Nesse caminhar, torna-se possível a construção discursiva de um real crível e não-fragmentário pelo jornalismo, a partir da interação dialética entre objetividade e subjetividade (Meditsch, 2010; Motta, 2013). Trata-se da emergência dos efeitos de sentido que traduzem as possibilidades do discurso em um contexto social dado.

Assim, como boa parte do estado do Rio Grande do Sul, POA sofreu, em 2024, repetidas inundações iniciadas a partir dos últimos dias de abril e documentadas a partir do dia 2 de maio, sendo aquele mês reconhecido como o mais chuvoso da capital gaúcha desde o início das medições, em 1910 (Gelani, 2024).

Além dos novos volumes de chuva sobre a cidade, o Departamento Municipal de Águas e Esgotos (DMAE), segundo documentação da mídia jornalística estudada,

passou a afirmar que as novas complicações na drenagem urbana e geração de lixo urbano decorreram do acúmulo de terra, areia, lodo e lixo que sobrecarregavam o sistema de esgotamento das águas pluviais. De fato, após as primeiras baixas no nível da água que inundou POA, a cidade revelou estar tomada por grandes quantidades de entulho e por forte cheiro de lixo, decorrentes principalmente de restos mortais de peixes, insetos e outros animais inclusive peçonhentos (Gelani, 2024). Diversas esquinas, entradas de prédios e espaços públicos da capital gaúcha ficaram repletas de colchões, móveis, sofás e outros objetos destruídos pela enchente (Soprana, 2024).

Naquele contexto de emergência e crise, a obtenção de estatísticas oficiais sobre o fenômeno tornou-se impossibilitada, gerando uma lacuna informacional de grandes proporções sociais. Os veículos de mídia assumiram para si a tarefa de coletar, checar, consolidar, atualizar e divulgar incansavelmente números sobre os vários aspectos da tragédia, e especialmente no caso no interesse desta pesquisa, sobre a geração, acúmulo e gestão de resíduos de desastre (RD).

Conforme dados compilados e divulgados amplamente pela mídia jornalística, em todo o Estado, até o final de setembro de 2024, o número oficial de afetados pela tragédia climática foi de 2.398.255 pessoas, com 183 mortos. Foram contabilizados, ainda, 27 desaparecidos, 806 feridos, 423.486 pessoas desalojadas, 18.854 pessoas em abrigos e 63.918 ainda desabrigadas, em 478 municípios afetados. 83.593 pessoas foram resgatadas em toda a área atingida, incluindo municípios em situação de calamidade pública e de emergência.

Esse quadro, desenhado e consolidado a partir de grande número de matérias divulgadas na mídia digital, no período analisado, mostra o imenso esforço em dar uma dimensão socioeconômica para a tragédia. A necessidade pública de obtenção de números, indicadores, taxas e outras medidas das dimensões da tragédia que viabilizassem a sua compreensão, bem como da apuração, praticamente em tempo real, das ações tomadas pelas autoridades de sua adequação e suficiência foram supridas quase que exclusivamente pela mídia, na ausência de um órgão coordenador oficial de comunicação e informações de interesse público.

Registra-se que, naquele contexto, e frente aos trágicos acontecimentos vividos pela população porto-alegrense, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite

(PSDB), declarou ao portal de notícias UOL que os problemas causados pelas chuvas foram uma “bomba que explodiu de uma hora para outra” (Perez, 2024), nitidamente decidido a apontar para a ocorrência de uma tragédia natural imprevisível sobre a qual não há gerenciamento ou prevenção possível.

Porém, à narrativa jornalística compete o desafio de ir além de reportar os fatos, agregando esforços na construção da memória discursiva social dos fenômenos trágicos vividos e contribuindo para a criação de uma cultura de prevenção e de autoproteção.

Assim é que alguns veículos da mídia jornalística estudados, especialmente de base local, abriram suas pautas para investigar mais a fundo as causas ambientais das enchentes sulinas, passando a recorrer a fontes alternativas ao poder público local, incorporando a academia, cientistas e ONGs, entre outros agentes sociais. Nesse campo, instaurou-se um embate discursivo entre a narrativa político institucional e o discurso científico, em que causas, precedentes, omissões, descasos e possíveis criminalidades ambientais ganham relevo. Cabe destacar, que uma das características viscerais da construção narrativa é sua conexão com o conflito entre os agentes envolvidos no curso da realidade abordada (Motta, 2007; 2013).

A cidade colapsou e não foi por causa do clima, Porto Alegre poderia estar preservada. Foi por causa da força que os gestores fizeram, em um negacionismo que já é conhecido no Brasil, que não acredita na ciência, na responsabilidade, nas estruturas públicas e no trabalho (Goulart; Witzel, 2024).³

Ao mesmo tempo, por outras vias e em outras matérias e abordagens, depoimentos de algumas das vítimas angariaram, também, espaço nas pautas jornalísticas. Desta forma, a opinião pública teve acesso a narrativas da dor, do sofrimento das perdas materiais, afetivas, psíquicas e religiosas dos atingidos pela tragédia. A respeito de um levantamento sobre a situação dos terreiros atingidos, por exemplo, Mãe Saionara de Oxum declarou: “foi um choque enorme, ver tudo revirado. Era uma cena de guerra. Não consigo te explicar como é que aconteceu isso. Aquele cheiro horrível dava náuseas, ânsia de vômito, dor de cabeça. Grudou o lodo nas paredes” (Netto, 2024).

³ Trecho da entrevista de Carlos Todeschini, ex-diretor do Departamento de Esgotos Pluviais - DEP e do Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE).

Com tudo isso, foi possível registrar a construção narrativa de um cenário de informações múltiplas e entrecruzadas, composto por muitas vozes convergentes e divergentes, expressando diversas urgências, perspectivas e expectativas de futuros. Assim, diferentes posições de sujeitos passaram a disputar efeitos de verdade, opondo contradições de sentidos entre tragédia e desastre; entre o imprevisível e incontornável e a ação preventiva; entre o descaso interessado e a ação socialmente comprometida.

4 Precedentes

Uma das causas fortemente apontada na mídia por especialistas para a tragédia porto-alegrense foi o impacto da redução histórica da vegetação nativa no estado na produção da catástrofe, entre outros danos ambientais que se acumularam. Da mesma forma, outro alerta foram as chuvas extremas que atingiram o Estado em setembro e novembro do ano anterior, cuja calamidade provocada deveria ter servido de alerta e ensejado uma série de medidas de proteção à população, bem como a criação de um plano estratégico eficiente para o enfrentamento de catástrofes climáticas, que nunca aconteceram.

O governador Eduardo Leite tinha ciência dos prognósticos. A calamidade que o estado enfrentou em 2023 deveria ter servido de alerta e ensejado uma série de medidas de proteção à população, bem como a criação de um plano estratégico eficiente para o enfrentamento de catástrofes climáticas. Nada foi feito (Cecílio, 2024).

O fazer jornalístico em situações de catástrofe é instado a transitar, assim, entre o relato factual da tragédia – que emerge com toda a carga emocional dos acontecimentos, quase sempre envolvendo mortes, um valor-notícia importante para o jornalismo (Traquina, 2002) – e a problematização da ocorrência, que implica a revisitação das previsões e indicativos preditivos anteriores, que, se levados em conta, poderiam ter evitado ou minimizado o desastre.

Nesta direção, pesquisadores, profissionais de mídia, representantes da sociedade civil, entre outros agentes sociais assumiram posições críticas constantes na denúncia dos descasos ambientais e no seu papel como fenômenos profundamente correlacionados às enchentes vivenciadas pela população porto-alegrense. À época, em

entrevista para o site de notícias Sumaúma, a jornalista Sílvia Lisboa (2024, n. p.) comentou:

Em Brasília, 21 parlamentares gaúchos apoiam projetos do “Pacote da Destruição” do clima – Em 8 de maio, enquanto o RS já contabilizava 107 mortes pelas enchentes – que agora já são 173 –, 15 deputados federais gaúchos votavam, em caráter de urgência, a favor do PL 1366. O projeto dispensa o licenciamento ambiental da silvicultura, método artificial de reflorestamento, com potencial de alto impacto na biodiversidade e na oferta de água. Dos 31 deputados eleitos pelo RS para a Câmara Federal em 2022, pelo menos 21 apoiam projetos que fazem parte do chamado “Pacote da Destruição”. Quatro desses projetos têm como autores ou relatores parlamentares do estado e preveem desde tirar recursos do Ibama, o guardião da legislação ambiental, até autorizar a supressão da vegetação nativa dos biomas não florestais, como o Pampa e a Mata Atlântica.

5 Os “bota-espera”: do improviso imediato à agonia do permanente

Em POA, até serem conduzidos a aterros de inertes, os resíduos de desastre decorrentes das enchentes passaram a ficar hospedados em locais que a prefeitura chamou de “bota-espera”, em uma alusão à sua função pretensamente temporária. Trata-se de microunidades de transbordo regionalizadas, que começaram a funcionar no dia 6 de julho. A solução emergencial foi criada conjuntamente entre a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) e Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Estado do Rio Grande do Sul (Sema) com a justificativa técnica de conferir agilidade aos processos de limpeza urbana. Desta forma, POA passou a contar com quatro lixões temporários (Ely, 2024; G1 RS, 2024).

Originalmente, os “bota-espera” foram destinados ao depósito apenas de material inerte denominados ‘entulho’, como móveis e objetos descartados pelas casas atingidas pelas águas, e não deveria receber os chamados resíduos urbanos, o que acabou não ocorrendo, haja vista que houve mistura e contaminação cruzada entre os diferentes tipos de materiais sobrepostos.

Apesar dos cuidados prometidos, mas considerando especialmente a proximidade de escolas públicas, residências e edifícios comerciais, os “bota-espera” foram, desde o início de sua operação, considerados perigosos e nocivos à saúde e ao bem-estar público, em decorrência do mau cheiro, incidência de pragas urbanas e outros

problemas decorrentes. Tais fatos só ganharam espaço junto à opinião pública devido à ação informativa da mídia jornalística local.

Em entrevista ao portal Matinal, o vereador Jonas Reis (PT), afirmou:

É inaceitável que, *sem licenciamento sanitário*, tenhamos *lixões a céu aberto* em zonas habitadas, zonas nas quais circulam muitas pessoas, trabalham muitas pessoas. *Tornou o espaço público insalubre*, sem nenhum tipo de manta de proteção no solo, misturando lixo orgânico que as pessoas dispensaram junto, com dejetos da enchente que também estão contaminados [...] Nossa preocupação é enorme porque sabemos que as zonas adensadas da cidade possuem grande concentração de roedores, que são vetores de doenças, infelizmente, e também de insetos. Basta ir nesses *lixões* que caracterizo como *clandestinos* (Mascarenhas; Benites, 2024) (grifos nossos).

No contexto dinâmico das estratégias discursivas em busca da construção de sentidos de veracidade, o depósito de RD em “bota-espera” em POA desenhou-se como um acontecimento midiático que colocou em disputa, por um lado, versões narrativas tecnocráticas das autoridades locais que apontavam a solução como oportuna, adequada, operacionalizável e eficiente e, por outro, percepções públicas críticas que nelas enxergavam e denunciavam descaso e manifestavam indignação e revolta.

Nós chegamos a operar com nove bota-espera. Isso foi uma *estratégia nossa para dar mais agilidade, mais eficiência na logística*. Caminhões pequenos recolhiam os resíduos dentro dos bairros e faziam o descarregamento nesses bota-espera, que são áreas provisórias (Plentz; Costa, 2024) (grifos nossos).

Ainda, segundo depoimento do diretor-geral do Departamento Municipal de Lixo Urbano (DMLU), todos os depósitos “bota-espera” deveriam ser limpos e finalizados em até dois meses desde a sua instalação, o que não ocorreu:

Nossa expectativa é que *no máximo em dois meses* todos eles estejam completamente limpos. Foi um *processo bastante complexo* fazer a limpeza da cidade em menos de 60 dias, e essas unidades que nós chamamos de “bota-espera”, *foram extremamente estratégicas*, porque caminhões pequenos recolhiam os resíduos dentro dos bairros e descarregavam aqui (Campos Júnior, 2024) (grifos nossos).

Em continuidade,

Questionado pela reportagem sobre eventuais riscos pelo acúmulo de lixo em ambientes próximos a residências e grandes circulação de pessoas, o diretor afirmou que *os locais não representam perigo ambiental* e que os resíduos envolvidos em lodo e lama que estão nos “bota-espera” são os mesmos que estavam dentro das residências e logo depois foram para as calçadas. “Não existe nenhuma diferença do objeto contaminado que está

saindo de dentro de casa, dos objetos que já estão na rua e o DMLU está recolhendo, dos resíduos de onde eles estão sendo armazenados de *forma provisória*”, afirmou (Mascarenhas; Benites, 2024). (grifos nossos).

Para a população porto-alegrense, a situação tornou-se ainda mais calamitosa frente ao crescente acúmulo de detritos, ao mau cheiro e aos riscos de doenças. Em entrevista aos jornalistas Gabriela Plentz e Jean Costa (2024), uma moradora assim se manifestou:

Está sendo bem complicado para nós aqui do bairro. Tem sido insuportável abrir a janela e conviver com esse cheiro horrível. A gente pensa muito nas crianças, que estão em casa e sem aula, mas precisando conviver com esse lixo e os bichos aqui. Final do dia chega a ter corrida de ratos aqui na rua e as crianças nem querem sair de casa — lamentou.

Considerando todos os desafios e dificuldades em resolver de fato o problema, a prefeitura de POA chegou a ampliar o número de “bota-espera” para nove, distribuídos em diversas regiões do município. Em 17 de outubro, a prefeitura municipal de POA informou que já havia retirado 110 mil toneladas de resíduos dos “bota-espera” de um total acumulado estimado em 150 mil toneladas. Ou seja, seis meses após o início das enchentes, 40 mil toneladas de lixo ainda não tinham sido retiradas dos depósitos pretensamente provisórios.

A demora na solução mais efetiva do problema e a falta de credibilidade da população nos pronunciamentos e promessas das autoridades, no entanto, provocaram os munícipes a buscarem alternativas por suas próprias mãos e, assim, uma série de incêndios nesses lixões começou a ser provocada, piorando ainda mais as condições de insalubridade ambiental pela fumaça, dispersão de poluentes e de pragas.

A nova situação colocou em confronto populares e autoridades locais. Em entrevista à imprensa e em resposta às reclamações da população sobre os acúmulos de lixo, o prefeito Sebastião Melo afirmou: “Onde botar fogo em lixo, eu vou suspender a limpeza” (Costa, 2024), selando definitivamente o conflito sem diálogo entre autoridade e população no tocante à gestão de RD e destino dos “bota-espera”.

6 A gestão dos resíduos sólidos urbanos e a questão dos catadores

Cabe destacar que embora citados nos planos municipais de gestão dos resíduos sólidos urbanos (RSU) como beneficiários, catadores e catadoras não foram incluídos no seu debate e preparação. Medidas e ações públicas em relação à gestão e coleta de RSU adotadas sequencialmente às catástrofes foram, inclusive, duramente criticadas em veículos de mídia jornalística local, com ampla participação de catadores e catadoras e suas representações. Foi o caso da introdução de contêineres do tipo “boca-de-lobo” e outros já testados e rechaçados pelo uso popular, que impedem a retirada de materiais recicláveis de seus interiores (Donini, 2024). Em sua defesa, o diretor da DMLU manifestou-se em discurso que, acima de tudo, culpabiliza as vítimas sociais e critica a própria população:

Pessoas em vulnerabilidade social retiram os resíduos, fazem a triagem do que tem valor para elas, *viram as costas e deixam os resíduos espalhados na calçada*. É um número expressivo de reclamações da população. Mas também falta conscientização ambiental das pessoas que utilizam o serviço. Não podemos colocar resíduos recicláveis nesses contêineres (grifos nossos) (Donini, 2024, n. p.).

No debate provocado por veículos de mídia, mas que não ocorreu nas esferas públicas competentes, o representante do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis no Rio Grande do Sul, Fagner Jandrey, assim se manifestou:

O sistema de contêineres é uma alternativa falida. Não é eficiente, como a população já viu, e só gera custos para os cofres públicos [...] os contêineres “deseducam” porque “propiciam à população colocar o que quiser lá dentro”. “Sem uma política de educação ambiental permanente, que ensine sobre a separação dos resíduos e a correta destinação, a população faz o mais óbvio, o mais simples: tu vê uma caixa enorme e bota todo teu resíduo lá [...] Trata-se de mais uma iniciativa que exclui os catadores, assim como a implementação dos recipientes para a coleta de vidro, resultado de uma parceria público-privada da gestão Melo. Falta uma política pública municipal que reconheça e integre os catadores e catadoras no sistema de limpeza urbana. Os catadores só coletam de dentro dos contêineres porque não têm alternativa. Se fossem contratados para prestar serviço da coleta seletiva de forma organizada, com capacitação, assessoria técnica, investimento, haveria um trabalho mais qualificado [...] A partir do momento em que o lixo vai para o contêiner, ele vai poluir a natureza. Se hoje Porto Alegre recicla o que recicla é por responsabilidade de catadores e catadoras que botam a mão na massa e dão outro destino para o que acabaria indo para o aterro [...] Cuidar do resíduo é atacar na fonte da crise climática” (Donini, 2024, n. p.).

No início de novembro de 2024, a prefeitura municipal de POA anunciou o interesse em um ambicioso e controverso projeto para a coleta de resíduos sólidos

urbanos na sua área de atuação. A parceria público-privada chamada “PPP do Lixo” pretendeu ceder a uma única empresa, por 35 anos, todos os percursos dos dejetos domésticos na capital, do recolhimento à venda dos recicláveis (Mascarenhas, 2024).

Num debate também fomentado apenas pela mídia jornalística local, os catadores e catadoras tiveram a chance de manifestar seu descontentamento com a PPP. A catadora Núbia Vargas, coordenadora do Fórum dos Catadores e Catadoras de Porto Alegre, para quem a prefeitura vai pagar muito para uma empresa privada ao mesmo tempo que pouco destinará à categoria dos recicladores relatou:

a gente estaria reclamando de barriga cheia, é o que eles falam. A gente não faria mais que a obrigação, pois a prefeitura ‘já dá o lixo’ para nós. É preciso considerar que a indústria milionária só tem os materiais porque tem um catador lá na ponta fazendo o processo. *PPP é racismo ambiental* (grifos nossos) (Mascarenhas, 2024, n. p.).

Porém, questionada pelo portal de notícias Matinal sobre a participação desses profissionais na elaboração da política, a Secretaria Municipal de Parcerias não respondeu.

7 Considerações finais

Em uma situação de calamidade ambiental, ao jornalismo crítico e vigilante cabe a tarefa de informar sobre as tragédias, visando contribuir para a redução da ocorrência de futuros eventos similares ou decorrentes e denunciar as injustiças socioambientais (Zelizer; Boczkowski; Anderson, 2021; Amaral; Loose; Girardi, 2024). A prática jornalística ambiental engajada, apoiada pela construção narrativa dos fenômenos, colabora para abrir e sustentar discussões na esfera pública, bem como para aumentar a conscientização social sobre a problemática ambiental, expor e criticar a (in)adequação e a (in)suficiência das políticas e ações preventivas e corretivas, favorecendo a construção de um cenário de participação coletiva sobre a governança do futuro comum. Trata-se de práticas fundamentais para o exercício da cidadania e a construção de cenas (*frames*) mais bem alinhadas às complexidades dos problemas da vida contemporânea.

O presente estudo mostrou que na cobertura jornalística das enchentes do Rio Grande do Sul, e especialmente em relação à questão da gestão dos resíduos de desastre

em POA, o papel da mídia jornalística digital foi fundamental e imprescindível para a construção de um discurso narrativo crível e não fragmentário sobre os fenômenos, em que, a partir da interdiscursividade e conflito entre diferentes vozes sociais, se tornou possível conferir e compreender as múltiplas dimensões, impactos e consequências ambientais, sociais, econômicas, culturais e políticas do desastre.

Referências

AMARAL, Márcia F; LOOSE, Eloísa B; GIRARDI, Ilza M. T. (Orgs.). **Manual para a cobertura jornalística dos desastres climáticos**. 1ª ed. Santa Maria: FACOS- UFSM, 2024.

AÚCAR, Diuber F, REYNA, Victor H; MONTELONGO, Fernando R. Entre la objetividad y la emocionalidad: el periodismo de desastres del Proyecto Puente. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, DF. n. 1, abr./2024.

BUENO, Wilson C. Jornalismo ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007.

CAMPOS JÚNIOR, Geraldo. Prazo para fim de lixões acaba, mas 1.593 cidades ainda usam modelo. **Poder 360**. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/poder-infra/prazo-para-fim-de-lixoes-acaba-mas-1-593-cidades-ainda-usam-modelo/>>. Acesso em 2 ago. 2024.

CECÍLIO, Adriana. Tragédia no Rio Grande do Sul: há de se falar em culpados, sim!. **UOL**, 16 mai./2024. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/opiniaocoluna/2024/05/16/tragedia-no-rio-grande-do-sul-ha-de-se-falar-em-culpados-sim.htm>>. Acesso em 16 mai. 2024.

COSTA, Jean. "Onde botar fogo em lixo, vou suspender a limpeza", diz Melo sobre protestos em bairros com resíduos acumulados após enchente. **GZH**, 23 jun. 2024. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2024/06/onde-botar-fogo-em-lixo-vou-suspender-a-limpeza-diz-melo-sobre-protestos-em-bairros-com-residuos-acumulados-apos-enchente-clxdwh66m00f701f99kedmzn3.html>>. Acesso em: 23 jun. 2024.

DONINI, Marcela. Previsto para novembro, novo serviço de coleta automatizada terá contêineres “boca de lobo” para coibir ação de catadores. **Matinal**. 28 set. 2024. Disponível em: <<https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/newsletter/urbana/previsto-para-novembro-novo-servico-de-coleta-automatizada-tera-containeres-boca-de-lobo-para-coibir-acao-de-catadores/>>. Acesso em 28 set. 2024.

ELY, Lara. Resíduos da enchente de Porto Alegre vão para aterro em Gravataí. **Metrópoles**, 22/mai. 2024. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/residuos-da-enchente-de-porto-alegre-vao-para-aterro-em-gravatai>>. Acesso em: 24 mai. 2024.

G1 RS. Saiba para onde é levado o lixo deixado nas ruas de Porto Alegre após baixa do Guaíba. 24 mai. 2024. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2024/05/prefeitura-de-porto-alegre-retira-lama-da-enchente-com- enxadas-carrinhos-de-mao-e-jatos-d-agua-clwi9ntuu002t014x98d0v3m9.html>>. Acesso em 24 mai. 2024.

GARCIA, Ricardo. **Sobre a terra:** um guia para quem lê e escreve sobre ambiente. Lisboa: Público, 2006.

GELANI, Felipe. Maio foi o mês com maior volume de chuvas na história de Porto Alegre, **G1 RS.** disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/sos-rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/31/maio-foi-o-mes-com-maior-volume-de-chuvas-na-historia-de-porto-alegre.ghtml>>. Acesso em 31 mai. 2024.

GOULART, Mariana; WITZEL, Nicollas. Documentário mostra tragédia e falta de planejamento após enchentes no RS. **UOL**, 25 mai/2024. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/tv/2024/05/documentario-mostra-tragedia-e-falta-de-planejamento-apos-enchentes-no-rs.shtml>>. Acesso em 25 mai. 2024.

JACOBSEN Gabriel. Prefeitura de Porto Alegre retira lama da enchente com enxadas, carrinhos de mão e jatos d'água. **GZH Porto Alegre**, 22 de maio de 2024. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2024/05/prefeitura-de-porto-alegre-retira-lama-da-enchente-com- enxadas-carrinhos-de-mao-e-jatos-d-agua-clwi9ntuu002t014x98d0v3m9.html>>. Acesso em 24 mai. 2024.

LISBOA, Silvia. O negacionismo climático de deputados e senadores gaúchos continua mesmo com a tragédia, **Sumaúma**, 5 de junho de 2024. Disponível em: <<https://sumauma.com/o-negacionismo-climatico-de-deputados-e-senadores-gauchos-continua-mesmo-com-a-tragedia/>>. Acesso em 10 jun. 2024.

LOOSE, Eloisa B; CAMANA, Ângela; BELMONTE, Roberto V. A (não) cobertura dos riscos ambientais: debate sobre silenciamentos do jornalismo. **Revista Famecos:** mídia, cultura e tecnologia, v. 24, n. 3, 2017, p. 1-18.

MARTINI, Paula. BID e Banco Mundial vão ao RS avaliar danos e cooperar na reconstrução. **Valor**, 7 jun. 2024.

MASCARENHAS, Gregório. Concessão bilionária deve repassar gestão de todo o lixo de Porto Alegre para empresa única. **Matinal**, 8 nov. 2024. Disponível em <<https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/concessao-bilionaria-deve-repassar-gestao-de-todo-o-lixo-de-porto-alegre-para-empresa-unica/#:~:text=Porto%20Alegre-,Concess%C3%A3o%20bilion%C3%A1ria%20deve%20repassar%20gest%C3%A3o%20de%20todo%20o,Porto%20Alegre%20para%20empresa%20%C3%BAnica&text=A%20prefeitura%20de%20Porto%20Alegre,o%20lixo%20produzido%20na%20cidade>>. Acesso em 8 nov. 2024.

MASCARENHAS, Gregório, BENITES, Geovana. Lixões temporários em Porto Alegre não têm previsão de fechar. **Matinal**. 10 jun. 2024. Disponível em: <<https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/lixoes-temporarios-em-porto-alegre-nao-tem-previsao-de-fechar/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.

MCLEAN, Hamish; POWER, Mary R. When minutes count: Tension and trust in the relationship between emergency managers and the media. **Journalism**, Vol. 15, n, 3, 2013, p. 307-325.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENNETTI, Márcia; FONSECA, Virgínia P. S. (Org.). **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010, p. 19-42.

MODEFICA. **Jornalismo e Engajamento Climático**. São Paulo: Instituto Modifica, 2022.

MOTTA, Luiz G. **Análise Crítica da Narrativa Jornalística**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2013.

MOTTA, Luiz G. Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Eds.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, p. 143-167).

NETTO, Vitor. Enchente no RS atingiu cerca de 750 terreiros de religiões afro-brasileiras: "Perdas materiais e espirituais". **GZH**, 13 jul. 2024. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2024/06/enchente-no-rs-atingiu-cerca-de-750-terreiros-de-religoes-afro-brasileiras-perdas-materiais-e-espirituais-clxdsopuc01430144mzvbd0df.html>>. Acesso em 13 jul. 2024.

PEREZ, Fabiola. Desastre foi como 'bomba que explodiu de hora para outra', diz Leite. **UOL**, Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/05/19/entrevista-eduardo-leite-bomba-tragedia-rio-grande-do-sul.htm>>. Acesso em 20 mai. 2024.

PLENTZ, Gabriela, COSTA, Jean. Com aterro de Gravataí fechado, lixo pós-enchente é levado para terreno na Severo Dullius. **Diário Gaúcho**. Disponível em: <<https://diariogauchao.clicrbs.com.br/dia-a-dia/noticia/2024/07/com-aterro-de-gravatai-fechado-lixo-pos-enchente-e-levado-para-terreno-na-severo-dullius-clyzvori300hn0162poqv3v3x.html>>. Acesso em 24 jul. 2024.

PRAZERES, Leandro. Como troca de vegetação nativa por soja pode ter agravado as enchentes no Rio Grande do Sul. **BBC News Brasil**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cjmkkxzv2k2>>. Acesso em 24 mai. 2024.

SAPERAS, Enrique. Novas direções na investigação sobre o agendamento – os processos de agendamento na era digital. In: CAMPONEZ, Carlos; FERREIRA, Gil B; DIAZ, Raquel R. (Orgs.) **Estudos do agendamento**: teoria, desenvolvimentos e desafios - 50 anos depois. Covilhã: LabCom Books, 2020, p.171-208.

SCHUDSON, Michael. Entre la anarquía del evento y la ansiedad del relato. **Cuadernos de Información**, v. 19, n.1, 2006, p. 14-21.

SOPRANA, Paula. Centro de Porto Alegre é tomado por montanhas de lixo e entulho após água baixar. **Folha de S. Paulo**. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/05/centro-de-porto-alegre-vira-cenario-de-lixo-e-entulho-apos-baixa-da-cheia.shtml>>. Acesso em 24 mai. 2024.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: por que as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

JORGENSEN, Karin W. The strategic ritual of emotionality: A case study of Pulitzer Prize-winning articles. **Journalism**, v. 14, n.1, 2013, p. 129-145.

ZELIZER, Barbie; BOCZKOWSKI Pablo; ANDERSON, Christopher W. **The Journalism Manifesto**. The Manifesto Series. Cambridge: Polity, 2021.

Journalistic Narratives on the 2024 Floods in Porto Alegre (RS): Discursive Disputes Surrounding the Disaster and its Residues

Abstract

This study analyzes the journalistic coverage of the 2024 floods in Porto Alegre (RS), especially regarding the production, accumulation, and management of disaster residues and their impacts on the population. The corpus consisted of 19 articles, analyzed according to the theoretical and methodological principles of Pragmatic Analysis of Journalistic Narrative (Motta, 2007; 2013), with the aim of following the construction of a non-fragmented discourse about the events. The results showed that, from the interdiscursivity emerging in different social voices, it became possible to observe and understand the multiple dimensions, impacts, and consequences of the disaster, which provided, in their diegesis, the intersubjective social co-construction of a credible reality, thus making it amenable to understanding and intervention.

Keywords

Narratology; Pragmatics; Journalistic discourse; Effects of meaning; Disaster journalism.

Como citar

JUNQUEIRA, Antonio H; GÜNTHER, Wanda; BRIGHENTI, Jacqueline. Narrativas jornalísticas sobre as enchentes de Porto Alegre (RS) em 2024: disputas discursivas em torno do desastre e seus resíduos. **Interfaces da Comunicação**, [S. l.], v. 1, n. 6, 2025, p. 1-18.

Recebido em: 20/06/2025.

Aceito em: 01/08/2025.